



RELATÓRIO DE AVALIAÇÃO

VI Curso de Iniciação Funcional de Magistrados

Módulo Nacional

Tribunais de Justiça dos Estados:

**Bahia – TJBA
Mato Grosso – TJMT**

BRASÍLIA-DF

novembro/2013

COMPOSIÇÃO DA ENFAM

DIREÇÃO

Ministra **ELIANA CALMON** (Diretora-Geral)

Ministra **NANCY ANDRIGHI** (Vice-Diretora)

Juiz **RICARDO CUNHA CHIMENTI** (Juiz Auxiliar)

BENEDITO SICILIANO (Secretário-Executivo)

CONSELHO SUPERIOR

Ministra **Eliana Calmon**

Ministra **Nancy Andrighi**

Ministro **Arnaldo Esteves Lima**

Ministro **Castro Meira**

Ministro **Humberto Martins**

Desembargador **Marcos Alaor Diniz Grangeia**

Desembargadora Federal **Margarida Cantarelli**

Desembargador **Rui Stoco**

Juiz Federal **Walter Nunes**

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	3
1. DADOS GERAIS DO CURSO	4
2. AVALIAÇÃO DE REAÇÃO – DESENVOLVIMENTO DO CURSO, TEMAS E VISITAS	5
2.1 Descrições das apurações dos dados da pesquisa – Fase quantitativa	5
2.1.1 Desenvolvimento do Curso	5
2.2 Transcrição da apuração das opiniões dos participantes – Fase qualitativa	10
2.2.1 Opiniões dos participantes quanto à Avaliação do Evento	10
3. INVESTIMENTOS	11
4. CONCLUSÕES	12

INTRODUÇÃO

O presente relatório traz a análise e as conclusões referentes à avaliação do **VI Curso de Iniciação Funcional para Magistrados – Módulo Nacional (TJBA-TJMT)**, levada a efeito pelos magistrados participantes do evento.

O referido curso foi realizado no período de 14 a 18 de outubro de 2013, pela Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados – Ministro Sálvio de Figueiredo Teixeira (ENFAM) em parceria com o Tribunal de Justiça do Estado da Bahia (TJBA) e respectiva Escola, bem como pelo Tribunal de Justiça do Estado do Mato Grosso – TJMT – e respectiva Escola.

Objetivou a integração dos novos juízes no cenário da atividade judicante, no intuito de: i) favorecer o conhecimento do contexto político e institucional dos principais órgãos e entidades vinculados aos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário e ii) compartilhar informações sobre práticas de integração entre Judiciário e instituições convidadas.

A ação educacional foi desenvolvida em conformidade com a proposta metodológica pautada na perspectiva humanista, pragmática e sistêmica, com exposições de palestras e debates focados na troca de experiências entre palestrantes e participantes – metodologia considerada eficaz para o aprofundamento das temáticas abordadas.

O curso foi coordenado pela Ministra Eliana Calmon (Diretora-Geral); Dr. Ricardo Cunha Chimenti (Juiz Auxiliar) e Dr. Benedito Siciliano (Secretário Executivo). Contou com o apoio da Escola de Magistratura Federal – 1ª Região (ESMAF), que disponibilizou o espaço físico e prestou auxílio nas questões de logística.

Os dados que fundamentam este relatório foram obtidos nos documentos atinentes ao planejamento do Curso e por meio da *Avaliação de Reação* respondida pelos magistrados participantes, que registraram impressões sobre o desenvolvimento do evento, conforme se vê a seguir.

1. DADOS GERAIS DO CURSO

Período de realização: de 14 a 18 de outubro de 2013.

Carga horária: 41 (quarenta e uma) horas-aula.

Data/Horários:

14/10/2013 - TARDE: DAS 13H15 ÀS 19H.

15/10/2013 - MANHÃ: DAS 8H30 ÀS 12H00 / **TARDE:** DAS 14H00 ÀS 19H00.

16/10/2013 - MANHÃ: DAS 8H30 ÀS 12H30 / **TARDE:** DAS 14H00 ÀS 18H00.

17/10/2013 - MANHÃ: DAS 8H30 ÀS 12H00 / **TARDE:** DAS 14H00 ÀS 18H00.

18/10/2013 - MANHÃ: DAS 9H00 ÀS 11H00.

Local: ESMAF 1ª REGIÃO – SCES – Trecho 2, Lote 21 – Auditório – Brasília-DF.

Público-alvo: Magistrados recém-ingressos na carreira da magistratura dos Estados da Bahia e Mato Grosso – TJBA e TJMT.

Total de inscritos no curso: 114 (cento e quatorze) participantes.

Total de concludentes: 106 (cento e seis), ¹ com envio de atividade.

Certificação: foram disponibilizados, na plataforma da Enfam, **106 certificados** para os magistrados-alunos que enviaram a atividade de aprendizagem (ensaio).

Investimento: despesas com passagens e diárias dos palestrantes e diárias dos magistrados-alunos, que totalizaram R\$ 345.836,94 (trezentos e quarenta e cinco mil, oitocentos e trinta e seis reais e noventa e quatro centavos).

Equipe (diretamente envolvida):

Fábio Costa Oliveira – Assessor

Thaysa Lizita Lobo Silveira – Assessora

Rosa Christina Penido Alves – Coordenadora de Ensino e Pesquisa

Ana Paula Nóbrega de Souza – Organização de Eventos

Marizete da Silva Oliveira – Área Pedagógica

Rackel Acatauassu Alves Corrêa – Área Pedagógica

Renata de Souza Monteiro – Secretária

Renata Farias Cortez – Estagiária de Pedagogia

Maria Magda Alves de Figueiredo – Arquivos/Memória

¹ Conforme tabela de envio de atividades, enviada por e-mail, em 07/11/13, por Leonardo. 8 (oito) participantes não enviaram atividades.

2. AVALIAÇÃO DE REAÇÃO – DESENVOLVIMENTO DO CURSO, TEMAS E VISITAS

Abordagem/tipo de pesquisa: quantitativa-qualitativa.

Instrumento de coleta: questionário estatístico com questões estruturadas e fechadas e, também, com espaços para as avaliações qualitativas (registro das opiniões dos participantes).

A avaliação quantitativa ocorreu com a atribuição de conceitos (ótimo, bom, regular e ruim) aos itens relativos ao desenvolvimento dos cursos e expositores.

Forma de entrega e coleta: presencial, no último dia do curso, com questionários impressos.

Forma de tabulação/tratamento dos dados: tabelas/planilhas do Excel.

Universo da pesquisa: 114 (cento e quatorze) magistrados participantes do curso.

Participantes da pesquisa: 28 (vinte e oito).

Data da coleta: 14 a 18/10/2013.

2.1 Descrições das apurações dos dados da pesquisa – Fase quantitativa

Na etapa quantitativa, o relatório *Avaliação de Reação* buscou obter impressões sobre o desenvolvimento do curso propriamente dito e quanto às apresentações das instituições convidadas para as palestras. Utilizaram-se como indicadores os conceitos: *excelente, bom, regular, ruim e péssimo*.

A avaliação foi em relação ao Desenvolvimento do Curso como um todo (objetivos, temas, organização e aplicabilidade), conforme descrições a seguir.

2.1.1 Desenvolvimento do Curso

Foram avaliadas as seguintes variáveis, com os respectivos itens:

a) Objetivo do curso:

1. Desenvolvimento dos temas em relação aos objetivos do curso;
2. Adequação do conteúdo programático aos objetivos do curso;
3. Adequação dos materiais de apoio ao desenvolvimento dos temas.
4. Qualidade do material didático entregue (textos e apostilas, canetas etc).
5. Adequação da carga horária ao desenvolvimento dos temas.
6. Integração dos participantes para o desenvolvimento das atividades.

Na opinião da maioria dos participantes que responderam aos questionários, todos os itens avaliados destacaram-se mais nos conceitos excelente e bom, com registro do conceito regular para o item *Adequação dos materiais de apoio ao desenvolvimento dos temas*.

b) Desenvolvimento dos temas:

Na opinião da maioria dos participantes que responderam aos questionários, todos os itens avaliados destacaram-se mais nos conceitos excelente e bom. As palestras e oficinas abordaram os seguintes aspectos:

1. O Poder Judiciário sob a perspectiva da sociedade.
2. Competência Delegada no âmbito do Direito Previdenciário.
3. Exposições dialogadas com o Instituto Nacional do Seguro Social – INSS.
4. O relacionamento entre Juiz e o Jurisdicionado.
5. Oficinas de trabalho: *O Poder Judiciário e os usuários de drogas*.
6. Oficinas de trabalho: *A inquirição de crianças e adolescentes em processos judiciais*.
7. Oficinas de trabalho: *A alienação parental e a proteção integral da criança e do adolescente*.
8. Oficinas de trabalho: *Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher*.
9. Oficinas de trabalho: *Ações positivas destinadas a suprir as deficiências e a minimizar os problemas decorrentes da ausência de estrutura das unidades judiciárias*.
10. As drogas e as ruas.
11. A Justiça Eleitoral.
12. Oficinas de trabalho: *Experiências do Juiz Eleitoral. Diplomação e Impugnação de Mandato Eletivo*.
13. Oficinas de trabalho: *A Ação de impugnação ao registro de candidatura*.
14. Oficinas de trabalho: *A organização da Justiça Eleitoral: Captação Irregular de sufrágio e Ação de investigação judicial eleitoral*.
15. Visita ao Congresso Nacional.
16. Visita ao Supremo Tribunal Federal.
17. O Conselho Nacional de Justiça.
18. O Conselho Nacional de Justiça e os Sistemas Informatizados.
19. Corregedoria Nacional de Justiça.
20. Visita ao Superior Tribunal de Justiça.
21. O Juiz e a Sociedade.
22. Gestão Ambiental.

Dentre os referidos itens (entre temas, oficinas e visitas), os que receberam o conceito excelente foram os seguintes:

1. Oficinas de trabalho (Tema: *O Poder Judiciário e os usuários de drogas*).
2. Oficinas de trabalho (Tema: *A inquirição de crianças e adolescentes em processos judiciais. Depoimento Especial*).
3. Oficinas de trabalho (Tema: *A alienação parental e a proteção integral da criança e do adolescente*).

4. Oficinas de trabalho (Tema: *Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher*).
5. Oficinas de trabalho (Tema: *Ações positivas destinadas a suprir as deficiências e a minimizar os problemas decorrentes da ausência de estrutura das unidades judiciárias*).
6. As drogas e as ruas.
7. Visita ao Supremo Tribunal Federal.
8. Visita ao Superior Tribunal de Justiça.
9. O Juiz e a Sociedade.

c) Organização do evento:

Na opinião da maioria dos participantes, todos os itens da organização do evento foram avaliados com conceitos convergentes para o excelente e o bom.

d) Aplicabilidade:

No quesito aplicabilidade, avaliação dos itens concentraram-se nos conceitos excelente e bom.

Os gráficos a seguir mostram o panorama das avaliações obtidas, anteriormente descritas.

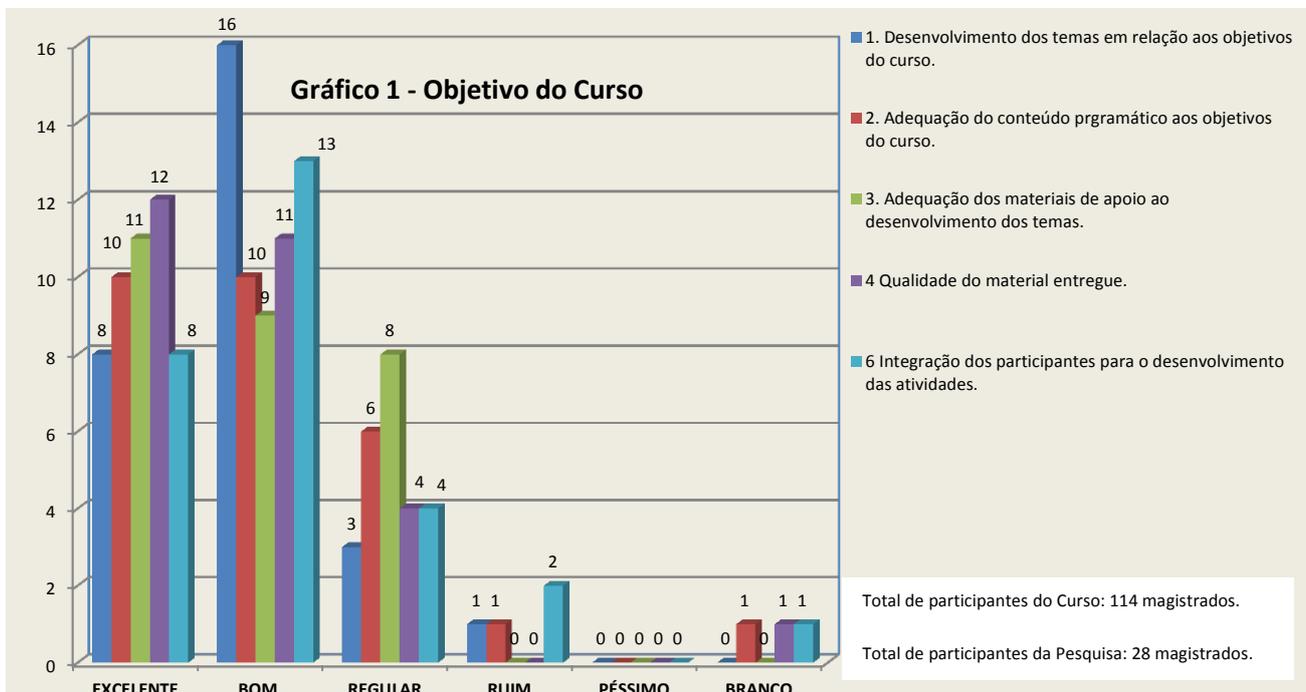


Gráfico 2 - Avaliação dos Temas

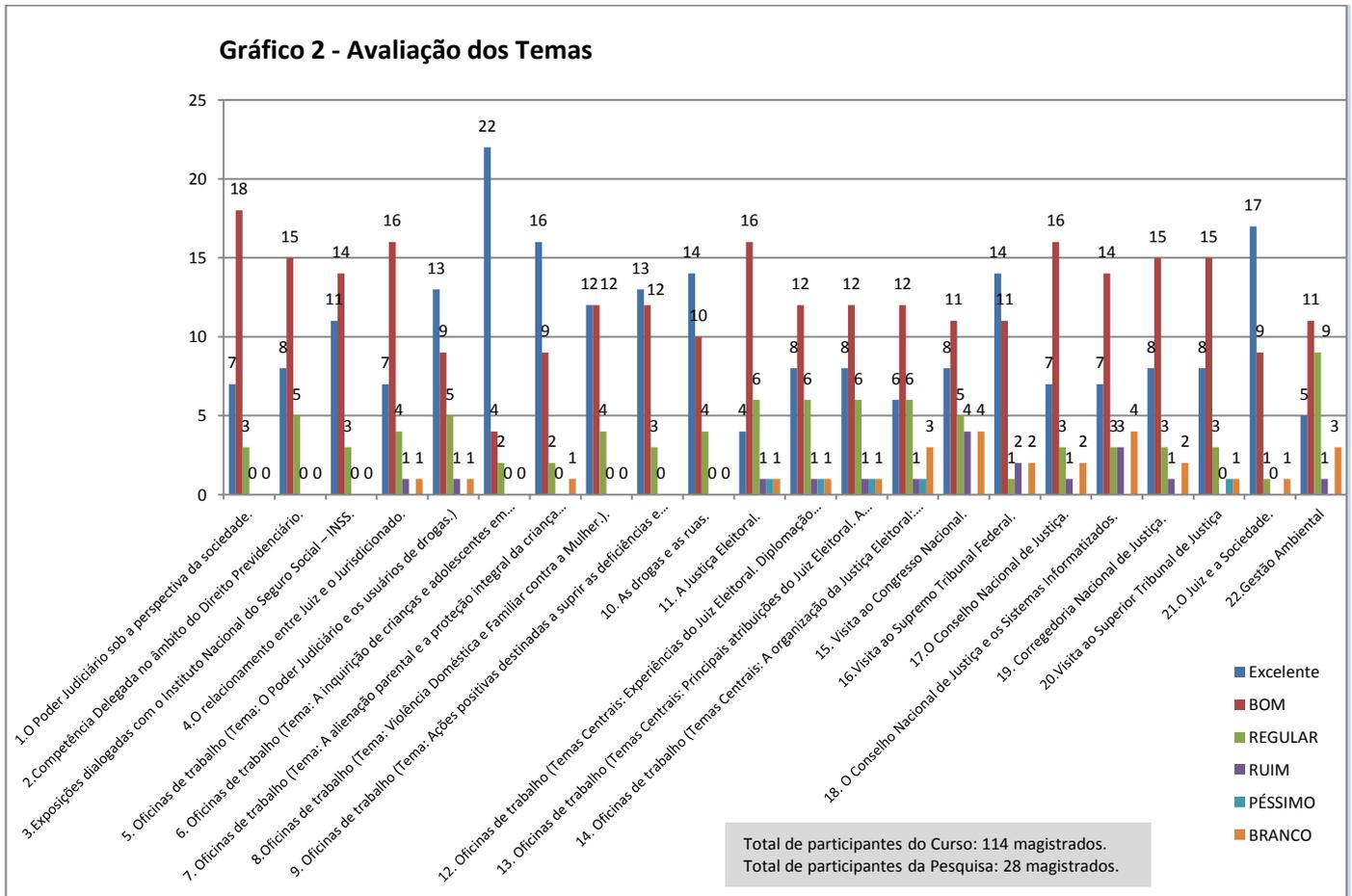


Gráfico 3 - Organização do Evento

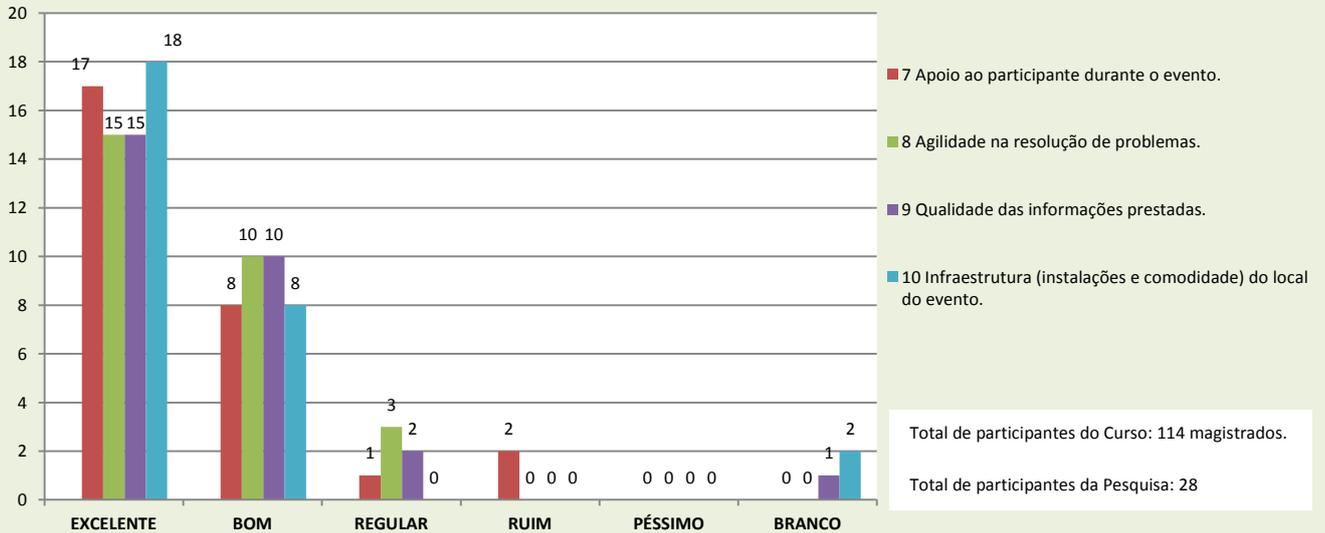
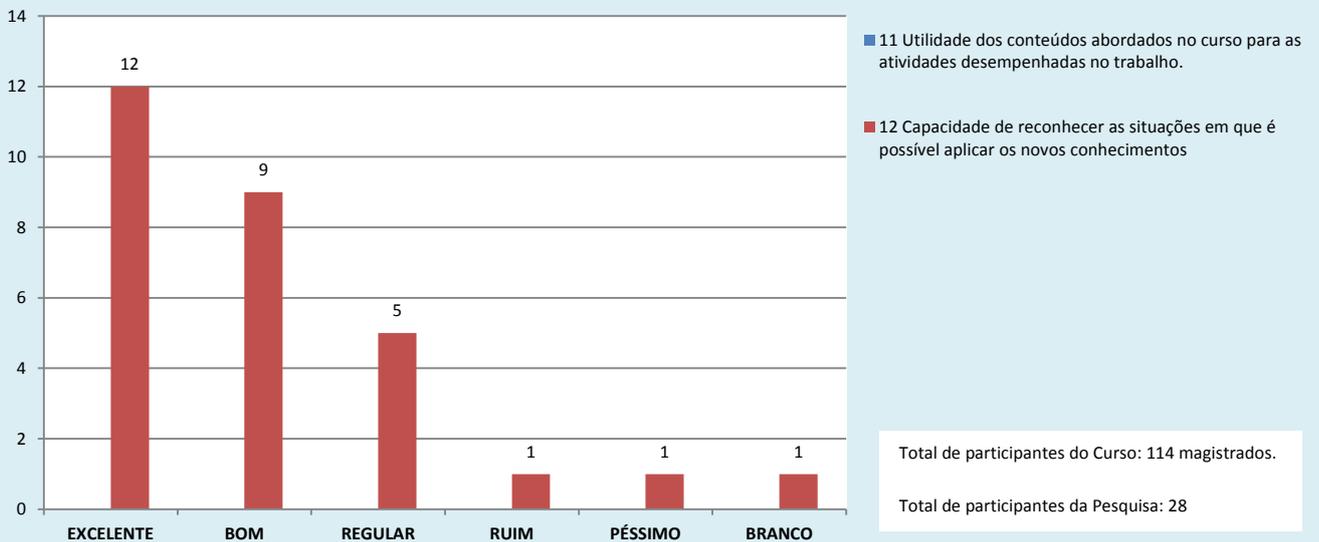


Gráfico 4 - Aplicabilidade



2.2 Transcrição da apuração das opiniões dos participantes – Fase qualitativa

Na avaliação qualitativa, foram registradas algumas observações e sugestões quanto à execução do Curso como um todo. São elas:

2.2.1 Opiniões dos participantes quanto à Avaliação do Evento

Participante (P.)1 – A proposta da Enfam é incrível, entretanto, o curso não me pareceu adequado ao propósito de introduzir o novo magistrado na atividade judicante. Isso porque faltaram ao curso matérias mais práticas, que enfatizassem a realidade diária do 1º grau de jurisdição (inclusive considerando suas dificuldades...). Alguns módulos foram bastante atropelados em razão do tempo; como exemplo, poderia citar o módulo da justiça eleitoral, onde o primeiro expoente falava tão rápido que até algumas palavras ditas eram incompreensíveis...uma pena, haja vista que o seu programa era muito interessante. Me senti frustrada, pois não consegui absorver o conteúdo. A melhor parte do curso foram as oficinas do dia 15/10/13, em razão de terem abordado mais a prática. Por fim, ressalto que o fato de o TJBA ter optado por oferecer o curso antes do exercício da função, que pode ter influenciado negativamente a experiência.

P.2 Sem críticas

P. 3 – Sugiro que os palestrantes, cada vez mais, apontem o uso prático das informações repassadas.

As oficinas devem oportunizar maior diálogo entre os alunos, bem como entre estes e os palestrantes, vez que nos encontramos nas mesmas circunstâncias e podemos nos ajudar mutuamente.

Após o ingresso na magistratura, percebi que os juízes alunos, assim como eu, priorizam a experiência à teoria, ansiando por conhecer a vivência daqueles que já passaram pelo caminho que começamos recentemente e que nos impõe tantos obstáculos.

P. 4 – Curso muito bom, com amplo conteúdo e dinâmica, embora de curto espaço de tempo para aprofundamento maior dos temas, como no tocante à Justiça Eleitoral. Sugestão para, pelo menos, duas semanas, com participação de outros TJs, para maior troca de experiência. No geral, curso excelente!

P. 20 – Horário reduzido para o almoço, período do almoço muito corrido; ônibus com pouco conforto, sem ar condicionado; propor visita ao Congresso e ao STF.

P. 5 – O curso foi muito proveitoso, sobretudo as Oficinas de trabalho, nas quais magistrados mais experientes puderam repassar suas experiências, dando uma conotação prática ao curso.

P. 6 – Creio que, se o curso fosse mais prático, ao menos para os magistrados iniciantes, poderiam ser atingidos os objetivos de preparação de forma mais otimizada.

3. INVESTIMENTOS

O investimento total foi de **R\$ 345.836,94 (trezentos e quarenta e cinco mil, oitocentos e trinta e seis reais e noventa e quatro centavos)**, sendo **R\$ 317.002,75 (trezentos e dezessete mil, dois reais e setenta e cinco centavos)** destinados a despesas com diárias de tutores e participantes, e **R\$ 28.834,19 (vinte e oito mil, oitocentos e trinta e quatro reais e dezenove centavos)**, com passagens de tutores.

4. CONCLUSÕES

Com fundamento nos dados apurados na pesquisa, abordados neste relatório, pode-se concluir que a avaliação quanto à organização do curso foi positiva, uma vez que obteve conceitos entre excelente e bom. De igual forma, as apresentações dos temas pelos entes convidados foram bem avaliadas, pois as respostas concentraram-se entre os referidos conceitos.

No entanto, o resultado obtido não impede o constante aperfeiçoamento para a realização de novos cursos e eventos, especialmente quanto ao planejamento de atividades práticas, conforme observações dos participantes elencadas no item 4.1 deste documento.

É importante ressaltar que a Avaliação de Reação destina-se à melhoria do processo pedagógico, permitindo ser percebida como uma aliada da formação e do aperfeiçoamento do magistrado, tal qual um instrumento para guiar e auxiliar na eficácia das ações educacionais futuras e, principalmente, compreendida como uma estratégia vinculada às metas estabelecidas, no que diz respeito aos objetivos pretendidos, às aprendizagens desejáveis, à qualidade e à efetividade dos cursos.

Tem-se, assim, que a partir do registro da satisfação/insatisfação ou opinião/sugestão dos cursistas, é possível fazer um vínculo de sua reação com a eficácia da ação educacional, trabalhando-se os pontos fracos para atingir as metas desejadas.

Brasília-DF, 12 de novembro de 2013.



Rosa Christina Penido Alves
Coordenadora de Pesquisa e Ensino

De acordo. Publique-se.



Benedito Eugênio de Almeida Siciliano
Secretário-Executivo